

## **Anúncios da violência lenta no desastre da Samarco (Vale/ BHP Billiton) em Mariana, Minas Gerais**

*Annunciations of the slow violence in the Samarco (Vale/ BHP Billiton) disaster in Mariana, Minas Gerais*

*Anunciaciones de la violencia lenta en el desastre de Samarco (Vale/ BHP Billiton) em Mariana, Minas Gerais*

Ananda Martins Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho percorro os desdobramentos do desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão, tendo como foco os indícios de manifestação da violência lenta (NIXON, 2011) sobre as atingidas e atingidos no município de Mariana, em Minas Gerais, Brasil. Contextualizo e discuto o conceito de desastre e o ensejamento do processo de crise que lhe é atinente e, em seguida, disserto sobre manifestações da violência lenta, menos espetacular e mais cotidiana, que tende a se prolongar com os anos. Por fim, aponto formas de resistência emergentes que, em contraponto às violências deferidas, anunciam a reinvenção das memórias atingidas.

**Palavras-chave:** Desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton; Mariana; violência lenta; crise.

**Abstract:** In this work I review the consequences of the disruption caused by the rupture of the Fundão dam, focusing on the signs of slow violence (NIXON, 2011) with the affected in the municipality of Mariana, Minas Gerais, Brazil. I contextualize and discuss the concepts of disaster and crisis process that in related to it, and then I will talk about the manifestations of the slow, less spectacular and more everyday violence, which tends to continue over the years. Finally, I point to emerging forms of resistance that, in contrast to deferred violence, announce the reinvention of the memories that have been hit.

**Keywords:** Samarco/ Vale/ BHP Billiton Disaster; Mariana; slow violence; crisis.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Sociologia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/ UC), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em Psicologia (UFMG). Realizei pesquisa de mestrado sobre o desastre da Samarco em Mariana (Minas Gerais) intitulada “Memórias de Rio e de Gente”, período em que integrei o Projeto de Extensão Mobiliza Rio Doce (UFMG). Tenho como principais interesses pesquisar as relações entre desastres, mineração, memória, espaço e violência. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6784-0985>. Contato: [anandamartins91@gmail.com](mailto:anandamartins91@gmail.com).

**Resumen:** Em este trabajo reviso las consecuencias de la ruptura a presa Fundão, centrando en los signos de la violencia lenta (NIXON, 2011) en los afectados y afectadas en el município de Mariana, Minas Gerais, Brasil. Contextualizo y discuto el concepto de desastre y el processo de crisis relacionado con él, y luego hablaré sobre las manifestaciones de la violencia lenta, menos espectacular y más cotidiana, que tiende a continuar a lo largo de los años. Finalmente, señalo formas emergentes de resistencia que, em contraste con la violencia diferida, anuncian la reinvençión de los recuerdos que se han visto afectados.

**Palabras clave:** Desastre de Samarco/ Vale/ BHP Billiton; Mariana; violencia lenta; crisis.

## 1. Introdução

Acreditamos que todos sabemos o que é um rio. No entanto, essa definição é quase sempre redutora e falsa. Nenhum rio é apenas um curso de água, esgotável sob o prisma da hidrologia. Um rio é uma entidade vasta e múltipla. Compreende as margens, as áreas de inundação, as zonas de captação, a flora, a fauna, as relações ecológicas, os espíritos, as lendas, as histórias (...). Habitados a olhar as coisas como engenhos, esquecemos que estamos perante um organismo que nasce, respira e vive de trocas com a vizinhança (Mia Couto, “E se Obama fosse africano?”).

Na tarde de 24 de setembro de 2017 uma missa foi celebrada na igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, como parte dos festejos em homenagem à santa. Seguida de uma procissão que acompanhou as ruas e casas do vilarejo, a celebração se fez junto à Corporação Musical de São Sebastião da Passagem de Mariana e às famílias da comunidade. Por localizar-se em uma porção elevada do terreno, a igreja das Mercês resguardou-se do lastro de rejeitos minerários ali depositados em cinco de novembro de 2015. Naquele dia, bandeiras amarradas à entrada serviram de teto para a corporação musical e para os fiéis que já não cabiam nos bancos de madeira dispostos na parte interna da capela.

Ao final da celebração, acompanhei Marquinhos, um dos moradores de Bento Rodrigues, em uma caminhada pelas ruas do vilarejo. A cada casa, ou fragmentos pardos de paredes, grades, portas e janelas que lembram os lares que foram, ele apontava seus respectivos proprietários: “Essa sobra aqui é do José Zeferino, esse pedacinho aqui é do filho dele. Aqui, a gente está entrando na praça, desse quebra-molas pra lá é a praça”. A praça é hoje um descampado de onde se veem troncos e galhos retorcidos. Ali, Marquinhos lembrou que seu avô, contador de histórias, emprestou o nome a uma rua do Bento, rua Raimundo Muniz. Antes mesmo de chegar a luz elétrica, o que se deu apenas em 1982, Raimundo fez do Bento sua

morada.

Seguimos nossa caminhada pelas laterais da igreja de São Bento, ou da estrutura improvisada de plástico e de metais que resguardam o minguado peso restante da construção. Passamos por paredes marrons espaçadas, que alcançam metro e meio, onde moradias outrora se avizinhavam, até interrompermos os passos no limite em que a terra firme cede lugar a um vasto volume de água represada. Sob o argumento de contenção da lama – nome que traduz em forma e cor a massa descartada pelas atividades mineradoras – a Samarco, subsidiária das empresas Vale e BHP Billiton, deu início, em setembro de 2016, às obras que represaram as águas do rio Gualaxo do Norte. Embora questionada pelo Conselho Municipal de Mariana (COMPAT) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio de uma ação criminal e de uma ação cível que afirma a violação de propriedades, a obra foi levada a cabo com o aval do Governo do Estado de Minas Gerais (RODRIGUES, 2016). Após sua finalização, em janeiro de 2017, cinquenta e cinco propriedades do Bento ficaram submersas, o que representa um terço de suas terras (MUNIZ, 2017).

Dentre as casas submersas está a casa do Marquinhos. Apontando para a água, ele a reconstruiu: “A frente da minha casa é ali”, insinuou com os dedos. Em seguida, apontou cada cômodo, os quartos, a sala, a cozinha, até alcançar a área dos fundos onde, junto à família, sentava-se para ver a serra do Caraça, que se estende a oeste no horizonte. Na área contígua à casa havia animais de criação e plantações: mais de trinta pés de jabuticaba, laranja, banana, milho e mandioca, cujos cultivos alternavam-se a depender das estações do ano. Para distinguir, em meio à água, a área ocupada por seu terreno, Marquinhos plantou uma estaca com um saco branco amarrado à ponta, onde o capim cresce. Ele mostrou ali o desejo de semear algo.

Preparamo-nos para ir embora, retornando por outra rua. A cada passo dado, os calçados afundavam-se no pó seco dos rejeitos. Marquinhos explicou que a procissão passaria naquele ponto, como nos outros anos, mas um caminhão pipa levado pela Samarco correu somente alguns trechos para abrandar a poeira, restringindo o percurso possível para a procissão.

Bento Rodrigues hoje compõe um cenário radicalmente distinto daquele conhecido por quem lá se criou. Desde o rompimento da barragem de Fundão, a paisagem vem sofrendo uma série de interferências. Se, há quatro anos, casas e lama misturavam-se perante os olhos, hoje uma paisagem de água traduz-se em incômodo silêncio. De um lado, a construção do dique S4 e o controle da entrada por uma portaria instalada pela empresa demarcam ingerências sobre aquelas

terras por atores que lhes desconhecem sentidos de pertencimento. Por outro lado, gestos dos seus moradores anunciam cuidados: o desejo de tornar a plantar, a celebração da igreja e toda a organização aí implicada, as revisitas aos terrenos. Antes de sairmos, Marquinhos mostrou com o celular imagens da casa que era sua antes da lama chegar e, imediatamente, corrigiu-se: “Essa casa ainda é minha”<sup>2</sup>.

...

Desde novembro de 2015 moradoras e moradores de Bento Rodrigues, de outros seis distritos de Mariana e de toda a bacia hidrográfica do Rio Doce têm tido forçosamente que reconstruir as suas biografias, em função de um dos maiores desastres envolvendo a mineração que atravessaram o país. O rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco (subsidiária da Vale e da BHP Billiton) atingiu mais de quarenta municípios entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. De Mariana a Regência, os rejeitos percorreram mais de 600 quilômetros (ZHOURI, VALENCIO, OLIVEIRA et al, 2016), destruindo fauna e flora e desabrigando famílias de casas, móveis, objetos de recordação. Quem não perdeu sua casa viu-se diante da subtração de áreas de cultivo, referências simbólicas e ritmos de vida até então mediados pelas águas do rio: “Entre as vítimas estão trabalhadores, agricultores familiares, pescadores artesanais, faiscadores, comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, consumidores de mananciais de água ao longo da bacia do Rio Doce” (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016, p. 13).

Em Mariana os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e boa parte das localidades de Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Pedras, Camargos e Campinas foram destruídos. Mais de trezentas famílias ficaram desabrigadas e foram inicialmente transferidas para hotéis da cidade. Apenas depois de negociações entre as empresas e o Estado foram alocadas em casas alugadas, onde permanecem até que sejam reconstruídas suas casas em novos terrenos. Diante de um cotidiano atribulado e dependente de infindáveis negociações, a situação de instabilidade persiste, acompanhada da contínua ingerência da Samarco sobre as vidas das moradoras e moradores e de seus territórios, como enunciado no relato acima. Além disso, a perda da casa e da comunidade e a mudança para um centro urbano cujas práticas são distintas daquelas longamente aprendidas evidenciam que o desastre, ao contrário de um episódio

---

<sup>2</sup> O relato com o qual inicio este artigo integra a dissertação de mestrado “Memórias de Rio e de Gente”, defendida na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG (2018).

encerrado em si mesmo, segue reverberando no dia a dia.

Esse trabalho é um esforço inicial de perscrutar a continuidade do desastre e a sua manifestação sob a forma de violências e sofrimentos. Mobilizarei, para tanto, os itinerários da pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2015 e 2018 na UFMG. As inspirações teórico-etnográficas (PEIRANO, 2014) que fundamentaram as visitas aos lugares atingidos, as entrevistas com as moradoras e moradores e a observação de arenas de negociação serão o substrato por meio do qual pretendo deslindar a proliferação dos sofrimentos e os indícios de manifestação da violência lenta no desastre da Samarco em Mariana. Farei ainda um diálogo com as autoras e autores trabalhados durante a disciplina “Antropologia em contextos de crise”, ministrada pela professora Andréa Zhouri no Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFMG, entre março e junho de 2018.

Cabe ressaltar que, diante da continuidade do desastre e da irrupção de outras tragédias envolvendo a mineração em Minas Gerais, dentre elas o desastre da Vale em Brumadinho<sup>3</sup>, tornam-se necessários estudos que compreendam os desastres em sua dimensão processual e abarquem as afetações sobre as vidas atingidas, assim fornecendo aportes para que suas demandas possam ser respeitadas e atendidas.

## **2. O desastre da Samarco (Vale/ BHP Billiton) em contexto**

### **2.1 O jogo de escalas e a produção do desastre**

A compreensão do desastre demanda um alargamento das temporalidades e das espacialidades que o envolvem. Antes de propor uma reflexão sobre os seus desdobramentos violentos, será preciso colocá-lo em contexto, ou seja, mobilizar distintas escalas e processos estruturais que contribuíram para o seu engendramento. Eric Woolf (2003) e Jacques Revel (2010), desde seus distintos ambientes de investigação, convidam-nos a lançar um olhar alargado sobre os nossos contextos de estudo, considerando as escalas de observação possíveis para os casos. Woolf, ao preocupar-se com o poder estrutural, detém-se na importância de analisar como distintas forças influenciam os povos que estudamos. Revel, por seu turno, ressalta a pertinência da apreensão das realidades sócio-históricas em quadros analíticos que as possam ultrapassar e afirma que, mais do que escalas, deve interessar-nos a variação das mesmas para o ensejamento dos casos.

---

<sup>3</sup> Em 25 de janeiro de 2019 o rompimento de uma barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, deixou mais de trezentos mortos e desaparecidos.

Há uma série de processos cuja constituição escapa aos atores locais, mas que não deixam de agir sobre eles. Lugares, relações e fluxos podem ser interceptados por dinâmicas ocorridas alhures, inclusive reduzindo ou ampliando as possibilidades de ação dos sujeitos. No caso em estudo, o rompimento da barragem de Fundão e o desastre que a ele remanesce terminaram por evidenciar os modos – e as falhas – de operação envolvidos na extração do minério de ferro e no modelo de desenvolvimento que a envolve.

A mineração movimentava uma rede de expressivas estruturas, recursos e interesses políticos e econômicos. Envolvendo atividades que vão desde estudos para viabilização de projetos, extração de minério de ferro e disposição de rejeitos ao deslocamento transoceânico para a sua conversão em produtos a serem absorvidos pelo mercado global, afeta natureza e comunidades cujos modos de vida estão assentados no lugar. No Brasil, o extrativismo legitimou-se por meio de práticas que elegeram o desenvolvimento como objetivo primordial a ser alcançado pelo país. Vinculado à noção de crescimento e de progresso, o desenvolvimento apresenta-se como o horizonte diante do qual os efeitos dos grandes projetos são justificados.

De acordo com Oliver Sachs (2000), o conceito de desenvolvimento foi construído pouco depois da Segunda Guerra Mundial e lançado ao mundo pelos Estados Unidos para que as nações do globo seguissem seus passos. Ao longo de décadas, implicou investimentos econômicos vultosos em megaprojetos geradores de lucro e de inúmeros impactos socioambientais. O desenvolvimento segue como modelo em países situados no Sul do globo, marcando as relações entre Estado, empresas e populações. Em entrevista recente, Boaventura de Sousa Santos, afirma que o desenvolvimento representa a maior continuidade do modelo colonial extrativista de matérias-primas (MARTINS, 2018).

Nas distintas localidades em que se materializou, o discurso do desenvolvimento, ao sobrepor-se a práticas distintas de conceber e ocupar a terra, engendrou novas formas de colonização. Junto às forças universalizantes do mercado, do Estado e da ciência, criou representações que deram formas indelévels aos modos de imaginar e agir sobre o mundo, como pontuou Arturo Escobar (2007). De acordo com essa lógica, a economia tornou-se valor superior a outros, como tradições, culturas e ecologias múltiplas.

Dessa forma contextualizado, o caso do rompimento da barragem da Samarco é emblemático por ter explicitado falhas estruturais do processo e modelo extrativista e desenvolvimentista largamente adotado no Brasil. A extração para geração de emprego e lucro é

a mesma que devasta os rios e as vidas que com ele interagem. Mesmo grandes esforços ainda não apreendem a dimensão da dor causada por falhas sistemáticas de segurança, não cumprimento de condicionantes ambientais e não observação dos riscos inerentes a projetos de infraestrutura de grande escala.

## 2.2 O desastre como ensejador de uma crise processual

O rompimento da barragem de Fundão e suas consequências não eram imprevisíveis e impassíveis de prevenção. Ao longo dos anos, modos de operar da Samarco (Vale/ BHP Billiton), somados à precarização da fiscalização da atividade mineradora por parte do Estado, confluíram em uma série de ameaças. A partir de 2013, para fazer frente a um cenário de retração do preço do minério no mercado internacional, a Samarco lançou um projeto de expansão que permitiu incrementar suas atividades e reduzir os custos, assegurando a lucratividade e a manutenção de seus acionistas. Dentre as medidas, destacam-se: a diminuição de investimentos e equipamentos de segurança; a adoção de uma ampla política de terceirizações, com aumento dos ritmos e dos acidentes de trabalho; a falta de investimentos em processos alternativos ao lançamento de rejeitos em barragens e ao uso intensivo de água durante o processo de produção (PoEMAS, 2015). No mesmo período, também houve aumento da pilha de rejeitos gerada. Alguns autores relacionam o rompimento da barragem à sobrecarga de suas estruturas, em função do incremento na quantidade do material minerado (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016).

Contrariamente a um evento fortuito, acidental ou alvo do acaso, é possível afirmar, portanto, que o rompimento da barragem de Fundão era passível de prevenções. Suas consequências persistem, anunciam continuidades em um tempo alargado e ainda não são totalmente conhecidas, tampouco mensuráveis. Em função de sua relação com processos sócio-históricos, da continuidade dos sofrimentos e das disputas políticas em torno das definições sobre o caso, reside a importância em reafirmá-lo enquanto desastre.

Para Norma Valencio, o desastre representa uma crise social que associa um acontecimento físico devastador a um tempo social, gerando e perpetuando sofrimentos multidimensionais aos grupos afetados e problematizando as injustiças sociais precedentes e os grupos mais expostos aos perigos, “bem como revelam o tipo diferenciado de exposição e de medida recuperativa adotada pelo ente público” (2014, p. 3633). Essa definição contrapõe-se às definições de desastre natural e ambiental, que enfatizam uma abordagem geográfica e silenciam

a complexidade dos elementos sociais e políticos a ele inerentes. No caso do desastre da Samarco (Vale/ BHP Billiton), a autora afirma que aplicar a ele o qualificativo “natural” representa uma agressão simbólica àqueles que foram atingidos, já que anularia a identificação, reconhecimento e criminalização dos sujeitos, de modo que o fator causador não teria responsabilidade jurídica a responder em tribunais. Até mesmo o qualificativo “tecnológico” pode ser limitante, já que “seu uso dominante não o associa às relações sociais, limitando-se puramente às coisas – aos diques de contenção, às substâncias químicas dos rejeitos e afins – como se nelas estivesse contido o mal deflagrado e a adoção de novas tecnologias resolvesse o problema” (VALENCIO, 2016, p. 42).

Importa aqui pensarmos o desastre enquanto um processo deflagrador de crise social. Em Mariana, conforme já explicitado, atingidos convivem com a perda dos bens materiais e imateriais, com o comprometimento e limitação de suas escolhas e com as instabilidades instauradas em arenas inéditas de negociação, que ainda não anunciam prazo para encerramento. Presentifica-se a crise como um processo crônico de permanente instabilidade e incerteza, conforme anunciado por Henrik Vigh (2008) e que, neste caso, demanda dos atingidos uma condição de alerta constante.

Em estudo com moradores do Vale do Jequitinhonha atingidos pela instalação da usina hidrelétrica de Irapé, Raquel Oliveira (2012) infere que as mudanças provocadas pelo empreendimento apareceram não como episódio crítico, mas como desordem crônica e crise contextual. Desencadeando alterações na qualidade e no regime natural da água do rio, realocações de famílias e processos de desestruturação produtiva, a instalação da usina provocou alterações profundas no modo de vida dos moradores. Embora, em Mariana, as violentas transformações hoje em curso tenham vindo não da construção de uma barragem, mas do seu rompimento, pode-se aferir a manifestação dessa desordem crônica nos modos de vida dos atingidos. A este contexto de reduzidas possibilidades de efetivação das suas escolhas, soma-se nas vidas afetadas a convivência com hostilizações, os adoecimentos e a instabilidade como condições permanentes em seu novo horizonte de ação. Nota-se, assim, o desdobramento do desastre na vida cotidiana, em seus mais diversos recantos.



### 3. Violências estendidas sobre o tempo e o espaço

#### 3.1 Dos lugares do passado ao presente atribulado

Talvez seja verdade que as coisas podem mudar em um dia. Que apenas dez horas podem alterar a trajetória de uma vida inteira. E que, quando isso acontece, essas poucas horas, como os destroços saqueados de uma casa incendiada, o relógio calcinado, a fotografia de um momento feliz, a mobília enegrecida, podem ser ressuscitados das ruínas e examinados. Preservados. Explicados (Arundhat Roy, “O Deus das Pequenas Coisas”).

É possível que alguns dos primeiros e mais impactantes indícios de que o desastre da Samarco (Vale/ BHP Billiton) segue reverberando no presente esteja impresso no espaço. Ao caminhar por Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, o desastre é alcançado em suas cores, formas e em seus silêncios, por meio da materialidade dos objetos em estado de transformação. A caminhada pelos locais permite ver as marcas deixadas pela lama em objetos de pertença, nas árvores e nas casas, no bar, no ponto de ônibus. Em um primeiro momento, visitar os lugares permite notar as horas lentas que remanescem da destruição e parecem manter as ruas e casas em uma temporalidade submersa. Contudo, ao caminhar reiteradas vezes por Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, pude notar o mato crescendo sobre as fachadas das casas, a instalação de placas pela Samarco e a construção do dique S4, causando a indignação de seus moradores perante o controle da empresa. As contínuas mudanças sofridas nesses territórios enunciam disputas sobre seu controle e indícios de manifestação de uma forma de violência que, expressa no espaço, estende-se aos mais intrínsecos recantos das vidas de seus moradores.



**Imagens** - À esquerda, vegetação crescendo sobre casa; à direita, alagamento causado pela construção do dique S4. Bento Rodrigues, 01/05/17. **Fonte:** Arquivo pessoal.

O desastre persevera por meio de uma espécie de violência invisível, continuada mesmo quando os holofotes já não se voltam para Mariana. Expressa por meio da perda de plantações, trabalhos, referenciais simbólicos e impositiva alteração nos ritmos de vida. Subsiste, após cinco de novembro de 2015, a violência lenta, “que ocorre gradualmente e longe da vista, uma violência da destruição deferida que está dispersa pelo tempo e pelo espaço, uma violência de atrito que normalmente nem sequer é entendida como violência” (NIXON, 2011, p. 2. Tradução livre). Embora a lentidão que a adjetiva possa parecer lhe abrandar a intensidade, trata-se de uma forma de violência para a qual deve ser reclamada atenção:

A violência é habitualmente entendida como uma ação que é imediata no tempo, explosiva e espetacular no espaço, e que eclode com uma visibilidade instantânea. Precisamos, creio, de nos ocuparmos de um tipo diferente de violência, a violência que não é espetacular nem instantânea, mas gradual e cumulativa, cujas repercussões calamitosas se movem através de uma série de escalas temporais (ibidem).

Manifesta em populações diversas do Sul Global e produto, dentre outras, da contaminação ambiental, do militarismo, das guerras e de políticas desenvolvimentistas, devemos nos ater ao fenômeno da violência lenta, menos visível e estendida temporalmente. Resultado da violência destrutiva do capitalismo, produz sujeitos sacrificáveis em nome do progresso.

Abrigados temporariamente no centro urbano de Mariana em casas e apartamentos alugados pela Samarco, muitos atingidos sentem falta da liberdade que tinham. A vida nos distritos era marcada pela estreiteza das relações entre os vizinhos, pela proximidade com a natureza e pela intimidade estabelecida com a própria casa. Todos aqueles que entrevistei mantinham, em seu quintal, uma horta ou pés de fruta e criação de animais. A abundância remetida àquilo que se plantava na terra é frequente entre os moradores. Aquilo que era plantado ou intercambiado agora precisa ser comprado em Mariana, aumentando assim as despesas.

Meu pedaço de terra era grande, que dentro da minha propriedade tinha horta, tinha pé de laranja, tinha galinheiro... Nesse terreno, eu tinha uma horta com nove canteiros de horta, nove canteiros! Menina, eu vendia duas caminhonetes de cana para os outros! Onze pés de laranja dando, pé de abacate, muda comprada, tudo já com fruta. A gente tinha pé de abacate, pé de acerola, pé de graviola, pé de condessa, tudo carregada de fruta. Tinha uma tira, assim, um canteiro, de inhame chinês, tira de mandioca, banana, tudo! Tudo o que era plantação lá tinha” (Dona Leontina, 81 anos, dona de casa, Paracatu de Baixo. 21/12/16).

Na região central de Mariana, uma série de adversidades têm sido vividas pelos atingidos. A primeira delas refere-se à impossibilidade de manutenção das atividades pretéritas. Se no passado os dias eram preenchidos com os trabalhos formais, a manutenção das plantações, a criação de animais e os cuidados com a casa, hoje em dia muitos perderam seus postos e quase

todos um pedaço de terra para cultivo. Além disso, sente-se a falta dos antigos vizinhos, já que o aluguel das casas ocorreu em pontos dispersos de Mariana. Sobre os atingidos, produz-se um quadro de isolamento social.

(...) a gente que já é mais de idade, boba, a gente não acostuma com cidade não, tem muita coisa aqui que não agrada a gente. Aqui a gente não tem lugar de plantar nada, é só mesmo a casa. E lá no mato não, lá no mato a gente tinha um lugar de plantar um pé de laranja, lá não precisava nem da gente comprar, era só plantar e cuidar. E aqui não, aqui não tem lugar da gente plantar nada não. Então isso me aborrece (Seu Ramiro, aposentado, Bento Rodrigues. 22/12/16).

Contribui para o isolamento dos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo uma série de hostilizações das quais eles têm sido alvos. A situação é bem distinta dos primeiros dias seguidos ao rompimento da barragem, quando muitos marianenses foram até o Centro de Convenções de Mariana levar as suas doações aos atingidos. A comoção inicial diante da tragédia cedeu espaço ao temor de boa parte da população com relação à perda de empregos com a paralisação das atividades da Samarco, que ocorrera em seguida ao rompimento. Muitos entendem que a paralisação da empresa está ligada aos custos que a mineradora está tendo para manter os alugueis e os salários mínimos mensais dos atingidos, estabelecidos em acordo junto ao Ministério Público local. As hostilizações ocorrem por meio de insultos variados e também está expressa nos espaços da cidade. Ao caminhar por Mariana, não é incomum vermos faixas nas portas dos comércios pedindo a volta da empresa ou mesmo comerciantes vestindo camisas com os dizeres “Justiça sim, desemprego não”, que clamam pelo retorno da mineradora.

Situações correntes de injustiça e de desvalidamento, como as que estão ocorrendo em Mariana, engendram sofrimentos. A antropóloga indiana Veena Das (1997) nomeia de sofrimento social a forma de sofrer que não é consequência exclusiva de infortúnios, contingências ou casos extraordinários, mas manifesta-se nos pontos de interseção entre os âmbitos econômico, político e institucional, através de experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social. Em Mariana tal sofrimento tem recaído sobre os atingidos por meio de uma série de adoecimentos físicos e mentais, consequentes das questões descritas e especialmente das negociações em curso.

### 3.2 A perpetuação das violências nas salas de reuniões

Os tempos incertos e as angústias em que vivem os moradores são corroborados pelos processos de negociação que ocorrem em distintas escalas, as quais os atingidos tiveram que

inserir-se de maneira repentina. A definição dos processos de reparação está centrada nas empresas e nas vertentes econômica e de propriedade, em detrimento da consideração às diversas práticas socioespaciais indelevelmente afetadas pelo desastre. Moldado segundo a lógica desenvolvimentista, setores do Estado, através de órgãos federais e de Minas Gerias, abrem mão da radicalização da democracia em negociações com as empresas, contribuindo assim para a continuidade de sofrimentos. O Estado e a razão governamental (FOUCAULT, 2008), como ideias reguladoras da política, são partícipes de uma guerra silenciosa que reinsere relações de força nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e nos corpos.

Desde os primeiros meses do desastre, os processos que definirão as reparações às vítimas têm sido feitos de modo negociativo com as empresas, produzindo aquilo que a pesquisadora Laura Nader (1994) nomeou por harmonia coerciva. Seguindo uma lógica que tende à pacificação e à eliminação do dissenso, a gestão do desastre caminha para a desresponsabilização das empresas.

Entre os meses de outubro e novembro de 2016, acompanhei três audiências judiciais no Fórum de Mariana, ocorridas com o propósito de revisão de 105 casos de atingidos que não foram contemplados ou contemplaram-se parcialmente em acordo que estabeleceu antecipações de indenizações, número que corresponde a aproximadamente um terço das famílias desabrigadas no município. As audiências ocorreram em uma sala pequena do Fórum, na mesa estavam presentes a juíza responsável pelo caso, três promotores, oito advogados da Vale, Samarco e BHP Billiton e três representantes da comissão de moradores constituída em decorrência do rompimento da barragem. Em cadeiras dispostas no fundo da sala, podiam assentar-se cerca de vinte moradores. Alguns ficavam de pé e muitos aguardavam, do lado de fora, o anúncio de seus nomes ou o encaminhamento dos casos de seus familiares, vizinhos e amigos. Todas as audiências iniciaram-se por volta das 14:30 e estenderam-se até o período da noite. De forma simples, cada morador, cujo nome era anunciado, nomeava suas perdas aos juízes, advogados, promotores e moradores presentes, expondo, muitas vezes, situações particulares e íntimas, estando submetidos à sanção das empresas quanto às suas demandas.

Em algumas situações, moradores dos distritos cujas casas continuaram de pé, mas que perderam área de plantação e/ ou convívio com seus vizinhos, foram desconsiderados enquanto atingidos. Um deles morava em Pedras. Os advogados da empresa alegaram que, à época do rompimento, o acesso à sua casa fora interrompido, mas este não era mais o seu problema.

Portanto, ele podia voltar para lá. Com problemas de saúde, ele alegava a dificuldade de retornar ao antigo lugar sem a presença dos seus vizinhos, cujas casas foram frontalmente atingidas pela lama.

Nota-se, por parte das empresas, a dificuldade em reconhecer como atingidos aqueles que perderam suas hortas, criações, fontes de renda e laços com a vizinhança. As lógicas aí imbuídas inibem a visualização das violências e dos sofrimentos que lhes acompanham. Tais lógicas, construídas no tempo histórico, manifestam-se em Mariana na atuação das empresas e no tratamento dos conflitos em espaços institucionais, bem como na negação das experiências dos moradores dos distritos.

### 3.3 Tecendo resistências

O desastre na bacia do Rio Doce é um processo de alargadas proporções que tem prolongado sob a forma de crise crônica nas localidades atingidas. Em Mariana, destituídos de lugares onde historicamente produziram pertencimento, os moradores convivem com a saudade, a hostilização e a insegurança em um cenário marcado por uma proliferação de reuniões, assembleias e acordos. Ao longo da bacia do Rio Doce, comunidades vivem diante de um rio tingido de vermelho, marca maior da violência no espaço. Ao longo dos anos, doenças advindas da contaminação da água certamente irão irromper. Outras consequências, advindas das alterações da fauna e da flora, ainda são incalculáveis.

Nesse contexto, os moradores são convocados a posicionar-se ativamente enquanto atingidos pelo desastre. O processo de aprendizado é doloroso e violento, já que o reposicionamento de si diante do próprio passado e do tecido social para o qual os moradores foram realocados exige uma série de elaborações. Nesse processo, é preciso anunciar e trabalhar as variadas perdas, situadas no ponto de encontro entre a materialidade daquilo que fora construído ao longo dos anos e a afetividade que se imprimiu às casas, ruas e objetos.

Revisitas frequentes a Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo são formas de retomar como seus os espaços e sobreviver à violência lenta, que não deixa de ser cruel e dilacerante. Em Bento Rodrigues, por exemplo, moradores organizados no grupo “Loucos por Bento” acamparam algumas vezes no distrito e em vários finais de semana encontram-se no lugar. Outra forma de resistência são as celebrações religiosas, nas quais a reapropriação dos terrenos é feita por meio da materialização dos saberes nas manifestações culturais e simbólicas. Para construírem

resistências, os moradores aportam aos conhecimentos herdados e aos aprendizados adquiridos desde que passaram a compor novos cotidianos.<sup>4</sup>

Nas visitas dos finais de semana, nos atos políticos e nas celebrações religiosas o sentido de comunidade é reafirmado e faz frente à violência. Ao colocarem o corpo nos lugares agora repletos de placas que poderiam inibir os visitantes, os moradores devolvem aos terrenos sua hospitalidade e os retomam, mesmo que simbolicamente, como seus.

#### **4. Considerações finais**

Ao analisar as afetações do desastre da Samarco (Vale/ BHP Billiton) sobre os sujeitos e comunidades atingidos, é possível notar que as violências perpetradas pela mineração antecedem o rompimento da barragem, na medida em que o modelo de desenvolvimento que a estrutura é produtor de uma série de agressões e silenciamentos. No caso em questão, o rompimento das estruturas de Fundão visibiliza as violências historicamente sofridas e engendra uma crise política e social, desdobrando e complexificando situações e problemas já em curso.

Passado o rompimento da barragem, no entanto, tais violências não cessam, mas tendem a prolongar-se no tempo sob diversas formas: mudanças forçadas nos modos de vida; restrição da participação em espaços decisórios e, por conseguinte, da efetivação dos direitos das vítimas; adoecimentos e produção de uma série de incertezas sobre o futuro. A violência se nota, ainda, sob a forma de controle sobre as vozes atingidas, por meio da disputa de narrativas sobre os significados do desastre e de apagamentos das histórias e memórias atingidas.

Diante desse contexto de reiteradas violências, as resistências tecidas pelos moradores vão no sentido de recuperar e vociferar suas práticas e saberes tecidas longamente no tempo. Recuperar as memórias, muitas vezes, tem sido a forma de manter o corpo de pé diante do desastre ainda em curso.

---

<sup>4</sup> Importa destacar que, nos espaços de negociação em Mariana, a contratação de uma assessoria técnica, a partir de 2017, aos atingidos e atingidas têm relevância para tecer resistências e tentar diminuir as assimetrias nos processos em curso. As assessorias foram possíveis em função do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), firmado entre Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton.

## 5. REFERÊNCIAS

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 202 p.

DAS, Veena. Sufferings, Theodicies, disciplinary practices, appropriations. In. **International Social Science Journal**, vol. 49, n. 154, 1997, pp. 563-572.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo** – Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas, Venezuela. Fundación editorial el perro y la rana, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINS, Bruno Sena. Socialismo, democracia e epistemologias do sul – Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número especial, 09-54, 2018.

MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno et al. Antes fosse mais leve a carga: Introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga:** Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial Iguana. 1 ed. 2016, 230 p.

MUNIZ, Lucimar. Terras alagadas, direitos violados. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), p. 09, abr. 2017.

NADER, Laura. Harmonia coerciva. A economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, p. 18-29, 1994.

NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, Raquel. A crise como contexto no Médio Jequitinhonha: Sobre perícia e política. In: ALMEIDA, J.; GERHARDT, C.; MAGALHÃES, S. (org). **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil:** práticas, políticas, conflitos, interpretações – Dossiê 3, Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./ dez. 2014.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga:** avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/ Vale/ BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, 2010.

RODRIGUES, Léo. Construção de dique pela Samarco em área tombada causa polêmica com moradores. **Agência Brasil.** Brasília, 04 nov. 2016. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/construcao-de-dique-pela-samarco-em-area-tombada-causa-polemica-com-moradores>>. Acesso em: 09 out. 17.

ROY, Arundhati. **O Deus das Pequenas Coisas**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 342 p.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento** – Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, 399p.

VALENCIO, Norma. Desastres: Tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014

\_\_\_\_\_. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e cultura**, v. 68, p. 41-45, 2016.

VIGH, Henrik. Crisis and Chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline. **Ethnos**, v. 73: 1, p. 5 – 24, 2008.

WOLF, Eric. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora Unb, 2003, 376 p.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. Introdução. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora. 1 ed. 2016, 382 p.

ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel et al. O desastre de Mariana: Colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora. 1 ed. 2016, 382 p.

---

Como citar:

CARVALHO, Ananda Martin. Anunciações da Violência lente no desastre da Samarco (Vale / BHP Billiton) em Mariana, Minas Gerais Revista Científica Foz, v.2, n2, p. 23-38, dez 2019.

Data de envio: 20 de julho de 2019

Data e aceite: 12 de setembro de 2019